# MANEIRAS DE TROCAR

## II

### *Comte e o altruísmo*

A crítica metodológica da economia política de Comte encontrou pouca ressonância em sua época, com exceção de alguns economistas importantes como John Stuart Mill cujos *Principles of Political Economy* se tornam referência fundamental no meio do século XIX. Isso não impede suas ideias de estarem "em voga", já que alguns economistas da escola histórica, tanto na Inglaterra com Thomas Cliffe Leslie e John Kells Ingram, quanto na Alemanha, com Karl Knies, reconhecem a pertinência das críticas apresentadas por Comte em seu *Curso de Filosofia Positiva.* A segunda parte da obra de Comte, voltada para a religião, e a renovação da elite social por uma sociocracia fundada sobre os preceitos de sua filosofia positiva é, por sua vez, completamente desacreditada. Mill considera o *Système de politique positive* como obra de um homem intoxicado pelo moralismo e atingido pela mania do controle (MILL, 1974). Trata-se de um julgamento um pouco precipitado. Essa parte da obra de Comte contém sua reflexão sobre o altruísmo, termo que ele forja para apresentar suas concepções sobre o que deve ser a vida social numa sociedade positiva. O altruísmo é um conceito atualmente bem ancorado no domínio da teoria econômica, enquanto que Comte lhe conferia uma dimensão crítica, já que, na sociedade industrial o "grande problema humano" consiste em assegurar a primazia do altruísmo sobre o egoísmo.

Ao colocar o altruísmo no prolongamento de sua crítica metodológica da economia política, Comte instala a estrutura particular da reflexão que vai se desenvolver no fio da sequencia reflexiva. A crítica se torna sociológica de acordo com uma abordagem em dois tempos que está igualmente atuante na obra de Durkheim e Mauss, e depois na de Bourdieu. Em primeiro lugar, o altruísmo se torna o conceito que permite fazer a ligação entre a crítica do discurso dos economistas e a natureza das trocas na sociedade industrial; em segundo lugar, o altruísmo está vinculado a uma instituição social bem caracterizada – a família – de tal maneira que, a partir da crítica metodológica, se chega a uma pesquisa sociológica sobre os modos de troca que se dão no seio familiar, notadamente ao evidenciar a importância das

transferências de riquezas que passam por dons dentro do espaço privado e por herança, dois dispositivos que nada têm a ver com a troca comercial e que, no entanto, têm uma importância considerável, tanto na época de Comte quanto na nossa.

## DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA AO ALTRUÍSMO

Desde o fim dos anos 1820, Saint-Simon propõe a ideia segundo a qual a harmonia dos interesses comerciais não é autossuficiente, assim como ele tinha acreditado alguns anos antes; o bom funcionamento da sociedade industrial requer igualmente que uma harmonia dos sentimentos morais complete aquela dos interesses que o mercado proporciona entre os interesses. Nos textos que se escalonam de 1817 a 1825, é a filantropia e o "Novo cristianismo" que estão encarregados de responder a essa exigência. Essa dualidade aparece no âmago da apresentação do pensamento de Saint-Simon por Saint Amand Bazard e Prosper Enfantin em suas célebres conferências sobre a doutrina do mestre (BAZARD; ENFANTIN, 1829). A solução para as dificuldades que a sociedade industrial enfrenta se encontra, na opinião desses últimos, na sustentação de uma religiosidade nova em uma sociedade mercantil. Comte apresenta uma variante importante dessa corrente de pensamento ao qual se associou quando fez sua entrada no círculo de Saint-Simon. Em oposição ao egoísmo que causou estragos desde que a sociedade industrial transformou essa paixão pouco valorizada em paixão comum geral e continuada, é preciso promover uma dimensão negligenciada do homem através do comportamento que ele denomina altruísmo – um termo que ele introduz na língua francesa -, ou capacidade de viver para o outro e no outro. A etapa final desse altruísmo é a religião da Humanidade, forma de religiosidade adaptada à sociedade industrial.

Ele chega à formulação que lhe é própria nos anos 1850, acentuando o fundamento biológico do comportamento humano, em consonância com a lógica descrita em sua filosofia positiva – o biológico precede imediatamente o social. Sua abordagem passa por uma topografia do cérebro humano do qual Comte se mostra muito orgulhoso, já que reproduz o quadro das funções do cérebro no *Catéchisme positiviste*, no *Système de politique positive* e em seu panfleto político, *L'appel aux conservateurs.* A abordagem biológica do cérebro e o problema social levantado pelo desenvolvimento da sociedade industrial estão diretamente em relação com a crítica metodológica da economia.

Apoiando-se sobre os trabalhos do fisiologista alemão Franz-Joseph Gall, ele desenvolve a tese segundo a qual às diferentes zonas do cérebro são designadas diversas funções intelectuais e afetivas, na quantidade de dezoito, segundo ele. A localização das

funções do cérebro pareceu estranha aos contemporâneos de Comte; a referência à obra de Gall lhe parece inadequada, pois é cientificamente ultrapassada. Um século e meio mais tarde, com o desenvolvimento da imagiologia médica e da neuro-economia, a abordagem de Comte parece singularmente inovadora1. O comentário dessa topografia do cérebro começa pela afirmação do "grande problema humano", a subordinação da individualidade à sociedade. Estabelecido o desafio, Comte passa à descrição das funções intelectuais e afetivas que distinguem entre o coração, ou parte afetiva, o espírito, ou a parte pensante, e o caráter, ou parte ativa. O conflito entre o altruísmo e o egoísmo situa-se na parte ativa, na qual não contamos menos de dez instintos ordenados segundo uma dupla classificação de energia decrescente e de importância social crescente: o egoísmo é uma motivação mais enérgica que o altruísmo, embora seja socialmente menos importante que esse último. Nenhuma das motivações se coloca como ponto central da análise do cérebro proposta por Comte, e ambas são decompostas em seus elementos finais. Do que são compostos o egoísmo e o altruísmo? O primeiro comporta cinco instintos: nutritivo, sexual, materno, militar ou instinto destrutivo e industrial ou instinto construtivo. Seu conjunto forma o egoísmo puro ou interesse. Comte situa em seguida duas tendências intermediárias, a dominação e a aprovação, que são egoístas na medida em que elas dizem respeito ao indivíduo que as busca, altruísta porque supõem a existência de relações sociais para proporcionar satisfação ao impulso humano voltado para a ambição. Finalmente, vêm os três instintos que formam o altruísmo: o apego, a veneração e a bondade.

Comte não opõe o altruísmo e o egoísmo de maneira radical. Pelo contrário, os dois princípios de conduta podem combinar-se como vemos nas duas tendências intermediárias (dominação e aprovação) que derivam tanto do egoísmo quanto do altruísmo, sustentando-se no que Comte denomina "interesse indireto" no qual a satisfação procurada pelo indivíduo supõe relações sociais (COMTE, 1895d, v.1). Por fim, ele explica longamente, no segundo volume de seu *Sistema de política positiva*, como os instintos altruístas – a veneração, o apego e a bondade – encontram respaldo nas duas instituições sociais: a religião da Humanidade e seu clero sociocrático, a família e o lugar da mulher. Qual seria a relação que Comte estabelece entre a crítica metodológica da economia política desenvolvida em seu *Curso de filosofia positiva* e o altruísmo que ele situa no âmago da abordagem socio-religiosa

1 "Imagens do cérebro são atualmente as ferramentas mais atuais nas neurociências. A maior parte destes estudos se baseia em uma comparação entre pessoas executando tarefas diferentes – uma é o sujeito "experimental", a outra usada como controle. As diferenças entre as imagens obtidas durante a execução dessas tarefas fornecem um mapeamento das diferentes regiões do cérebro ativadas durante a execução da tarefa do experimento." (CAMERER; LOEWENSTEIN; PRELEC, 2005, p.12).

de seu *Sistema de política positiva*? A produção da moralidade, a tipologia das transações e a economia do altruísmo são os três elementos com os quais o sociólogo positivista entrelaça as duas linhas de seu pensamento.

***A produção da moralidade***

No período que transcorre entre a redação das duas obras, Comte fez uma exceção ao que ele chamava de sua "higiene mental" (não ler os autores contemporâneos) para tomar conhecimento de uma obra de Charles Dunoyer, um economista liberal original e controvertido – ele defende teses explicitamente raciais – com quem ele convivera quando pertenciam ao grupo dos polemistas favoráveis ao industrialismo. Próximo de Say, Dunoyer adota posições heterodoxas quanto ao papel do Estado na sociedade industrial. Não se trata para ele de ceder à sedução da "organização" e de voltar a questionar o princípio da concorrência do qual ele é um defensor incansável. Dunoyer aborda a questão do Estado aplicando-lhe a diferença introduzida por Say entre os bens materiais e os serviços imateriais. A produção material retém toda a atenção dos economistas liberais, o que os conduz a desconsiderar o papel do Estado, fraco como empreendedor e como gestor, já que os funcionários não são movidos por seu interesse material pessoal. O Estado deve, portanto, ser mínimo, para que seu custo para os produtores seja o mais leve possível. O ponto de vista muda completamente a partir do momento em que se aplica ao Estado a distinção de Say, e que se considera à parte as artes que se exercem sobre a matéria e a natureza, assim como as que se aplicam ao homem, pois "[...] de todas as artes que o gênero humano exerce, talvez sejam aquelas que exerce sobre si mesmo as mais fecundas em grandes e bons efeitos." (DUNOYER, 1845, p.4). Ao lado das artes que agem sobre o corpo, os sentimentos e a imaginação, e depois, sobre as faculdades intelectuais, Dunoyer salienta igualmente a importância das artes que produzem moralidade, "[...] acostu(mando) nossos afetos a regularem-se, na prática, com base nas luzes da razão." (DUNOYER, 1845, p.227). A produção da moralidade envolve a educação, primeiro familiar, depois aquela dispensada nos colégios. O sacerdócio também intervém, pois, na opinião de Dunoyer, "O padre é um instrutor de moral" (DUNOYER, 1845, p.275) que concorre com essa tarefa, aproximando o indivíduo de seu criador. Dunoyer salienta inclusive que o padre desempenha um papel específico já que sua ação passa por outro canal que os motivos utilitários ordinários: "A religião tem inclusive essa vantagem de nos levar ao bem por motivos superiores às considerações ordinárias, concedendo-nos maior honra aos nossos próprios olhos. Ela confere

desinteresse, dignidade, e elevação ao caráter." (DUNOYER, 1845, p.305). Enfim, a moralidade se fortalece quando o governo reprime o comportamento desviante:

> O Estado é essencialmente o guardião da paz, protetor da ordem, criador e conservador das boas relações, formador dos costumes de justiça, de equidade, de sociabilidade que geram essas relações; e para criar esses bons costumes, ele dita, sobretudo, as más ações que será preciso proibir, e cuida da repressão das ações proibidas. (DUNOYER, 1845, p.349).

Comte encontra na obra de Dunoyer a ideia segundo a qual o governo é uma instituição produtora, encarregada da mais importante das produções existentes: a produção da moralidade e da civilização entre os indivíduos. Ele retoma, portanto, a diferença feita por Dunoyer entre a produção material que diz respeito às coisas e a produção moral que se aplica diretamente sobre os seres humanos. Insistindo sobre a segunda, preterida pelos economistas, esse último dá um passo na direção certa, embora, segundo Comte, a defesa da concorrência, feita aí, impeça o autor de colher todos os frutos de sua ideia original.

Comte está de fato muito confiante na capacidade do governo tal como ele o entende, ou seja, do governo pelo sacerdócio positivista, de modificar a moralidade da população, e julga igualmente que tal modificação é um elemento central da solução do "grande problema humano" que ele coloca no cerne do segundo volume de seu *Sistema*.

### *Tipologia das trocas*

Comte explica que a força material das sociedades se sustenta em duas leis: a primeira enuncia que o homem pode produzir mais do que o necessário para sua subsistência, enquanto a segunda afirma que os produtos são suscetíveis de ser conservados. A essas leis que firmam as bases da produção e da acumulação das riquezas, é preciso acrescentar as condições que regulam sua apropriação, já que, segundo a doutrina das funções cerebrais, o instinto industrial é uma subcategoria do interesse. A propriedade é, portanto, necessária para por em movimento o instinto industrial, mas Comte não vai muito além nessa questão e enfatiza as modalidades de transmissão da riqueza acumulada.

Comte distingue as trocas segundo a natureza da motivação altruísta ou egoísta e o caráter violento ou pacífico da transação (COMTE, 1895d, v.2). A originalidade de seu argumento se deve ao lugar concedido à herança, que confere uma dimensão intergeracional e, por isso mesmo, histórica, à transmissão das riquezas; por outro lado, a herança se

classifica entre as formas violentas de transmissão na medida em que supõe a morte do proprietário. A tipologia de Comte pode ser resumida no quadro 1.

A herança e a troca são as formas de transação mais comuns na sociedade industrial, enquanto que a conquista e os dons foram as formas mais importantes no passado. A violência não convém às sociedades industriais, segundo Comte, assim ele não dá maior importância à conquista. O caso é inteiramente outro no caso do dom, que é uma forma ao mesmo tempo não violenta e desinteressada; para ilustrar sua posição sobre uma prática raramente mobilizada na época, Comte se refere às tribos oceânicas que "oferecem exemplos maravilhosos do poder de tal instituição2" (COMTE, 1895d, v.2, p.156) e que é chamada, segundo ele, a tomar uma parte bem mais importante na reorganização da sociedade industrial do "que o que provém da metafísica inútil de nossos economistas limitados." (COMTE, 1895d, v.2, p.156).

**Quadro 1** - Modos de transmissão de riquezas segundo Comte

| Transmissão | Altruísmo | Egoísta |
|---|---|---|
| Violência | Herança | Conquista |
| Pacifica | Dom | Troca |

**Fonte:** adaptado de COMTE (1895d, v.2, p.153-154).

Nesse ponto, Comte invoca a divisão do trabalho, a grande descoberta dos economistas, que, em sua opinião, não souberam desenvolver plenamente. A divisão voluntária das tarefas é um fenômeno essencial da produção e da acumulação das riquezas materiais, pois, de acordo com sua interpretação, ela conduz "cada cidadão a trabalhar essencialmente para outrem" (COMTE, 1895d, v.2, p.159). A dimensão coletiva e solidária da divisão voluntária do trabalho se torna base essencial da reflexão de Comte sobre o altruísmo enquanto prática efetiva na sociedade industrial. Ele faz disso um axioma de seu Catecismo positivista: "Como a atividade material está se tornando cada vez mais coletiva, ela tende cada vez mais efetivamente para seu caráter altruísta." (COMTE, 1922, p.59). Ele sugere que se estude seu funcionamento, em dado momento do tempo, mas também, o que acontece entre as gerações

2 Remete assim à área geográfica na qual os trabalhos de Bronislaw Malinowski e, posteriormente, os de Mauss, vão se inspirar, no século 20, para desenvolver uma teoria da doação. É provável que a atenção de Comte tenha sido atraída pelas informações que Antoine Edouard Foley foi capaz de lhe fornecer – um politécnico que se tornou tenente da marinha, e que passou quatro anos na Nova Zelândia, entre 1843 e 1846, antes de se tornar um membro do primeiro círculo da sociedade positivista reunida em torno de seu sumo sacerdote.

que se sucedem. Daí a importância concedida à questão da herança, forma de transmissão gratuita da riqueza acumulada tão importante quanto o dom quando se trata de mostrar o altruísmo operando na sociedade industrial. Por que, se pergunta então Comte, os indivíduos vivos na sociedade industrial concebem as transações e a divisão do trabalho sob o registro do interesse pessoal? A defasagem entre as práticas altruístas e as representações essencialmente mercantis se explica pelo efeito da "anarquia moderna", termo geral com o qual Comte designa a falta de um aparelho de regulação da atividade econômica, a difusão das formas de pensamento enaltecendo o individualismo e a falta de uma "[...] doutrina sistemática dos comportamentos pacifistas, de tal maneira que esses últimos são cumpridos sem fornecer a cada membro o justo sentimento de sua dignidade social." (COMTE, 1895d, v.2, p.161). A questão do altruísmo é bem elaborada em oposição à visão mercantil do mundo proposta pelos economistas. No entanto, Comte não se limita mais apenas às observações metodológicas: ele apresenta as duas instituições fundamentais para o pleno desenvolvimento do altruísmo na sociedade industrial: a família e o clero.

### *Economia do altruísmo*

Segundo Comte, a sociedade não é formada por indivíduos, mas por famílias, instituição social da qual ele tem uma visão bastante conservadora. Assim também, sua reflexão sobre as condições materiais da sociedade industrial é seguida por aquela sobre a família, que ele associa muito estreitamente com o altruísmo. Dessa maneira, Comte estabelece o que se pode chamar de paradigma familiar, de acordo com o qual a família é um espaço social no qual as trocas escapam ao mundo mercantil. Um paradigma que os economistas adotaram desde então.

Os três componentes do altruísmo ali se sucedem: a criança desenvolve uma veneração por seus pais que cuidam dela, muito particularmente por sua mãe; os cônjuges são naturalmente ligados um ao outro pelo próprio fato de sua união pelo casamento e, finalmente, os pais fazem valer sua bondade ao cuidar de seus filhos. A sucessão das posições que o indivíduo ocupa na família lhe proporciona, então, as alegrias dos diferentes aspectos do altruísmo familiar; mas esse último tem uma força que ultrapassa o indivíduo, vinculando-o a uma linhagem. O apego e a bondade são ligados entre si por uma reciprocidade aberta – pois se transmite para pessoas que não são as mesmas de quem se recebeu – que une as gerações sucessivas e se encontra diretamente na origem dos sentimentos associados à transmissão de riquezas por herança. Entretanto, diz Comte, o altruísmo assume uma forma

complexa por causa do caráter impuro que é suscetível de assumir no seio familiar: esse altruísmo é facilmente manchado por um "egoísmo doméstico" (COMTE, 1895d, v.2). É o caso sempre que os pais fazem de seus filhos o suporte do orgulho e da vaidade, situação que Comte conclama que se combata, dando aos pais uma liberdade absoluta de testar, a qual, associada a largas possibilidades de adoção, deve enfraquecer o vínculo biológico de filiação entre pai e filho, ao mesmo tempo em que concede à transmissão intergeracional da riqueza um nível mais elevado de eficácia, desde que os filhos adotados tenham maiores capacidades que os filhos biológicos. Quanto à mãe, ela não deve receber nada de seus pais e deve ser protegida do egoísmo industrial permanecendo em casa, enquanto o marido supre suas necessidades e as de seus filhos. Protegidas do egoísmo industrial e dotadas de faculdades afetivas mais fortes que as dos homens, as mulheres estão assim em condição de resolver "o grande problema humano, a subordinação do egoísmo ao altruísmo"3 (COMTE, 1895d, v.2, p.204), sobretudo por seu papel na educação das crianças.

A segunda instituição essencial para resolver o "grande problema humano" é o poder espiritual, combinação do poder intelectual do clero sociocrático e do poder moral das mulheres. As duas instituições agem sucessivamente no decorrer da educação das crianças, as mulheres antes da idade de 14 anos, o clero em seguida. É nesse ponto preciso que Comte se apoia sobre a tese de Dunoyer para fazer valer a possibilidade de uma produção social das qualidades morais dos indivíduos, tomando o cuidado de livrá-la da forma competitiva que o economista lhe associava. Baseando-se no saber sociológico que Comte estabelece, o clero positivista pode "aspirar a modificar a vontade humana" e "prepara cada um para viver para o outro de maneira a viver no outro" (COMTE, 1895d, v.2, p.356-357), o que constitui os dois lados – objetivos e subjetivos – do altruísmo. O lado objetivo não é nada mais do que a divisão do trabalho social, enquanto que o lado subjetivo é o culto da humanidade segundo o qual os elementos destacados da vida do defunto são preservados na memória dos vivos, conferindo assim uma base social à ideia de imortalidade. O problema central para o clero positivista reside na anarquia (a concorrência) operante na divisão de trabalho tal como é estabelecida numa sociedade industrial dominada pela visão econômica: duas formas de regulação suplementares se revelam, portanto, necessárias.

Em primeiro lugar, Comte se apoia novamente em Dunoyer, um dos raros economistas do período a sustentar a ideia de uma total liberdade testamentária. Ao longo do século XIX, os economistas franceses discutiram a questão de herança igualitária instaurada pelo Código

3 O "grande problema humano" é mencionado frequentemente no *Catéchisme positiviste* (COMTE, 1922, p.50, p.60, p.166, p.170, p.207, p.262, p.279).

civil de 1804. A maioria deles considerava que a herança igualitária moderada pela parte disponível (pelo menos um quarto da riqueza no momento do falecimento fica a critério do testador), estava em sintonia com as aspirações igualitárias da democracia. Assim também, os partidários do liberalismo econômico não militavam em favor de uma completa liberdade testamentária. Muito liberal nos seus princípios, Dunoyer estava a favor de uma liberdade total, "até o último suspiro" (DUNOYER, 1845). Tal disposição parece útil a Comte para reforçar o altruísmo, rompendo "o egoísmo doméstico" dos pais a favor de sua progenitura biológica. Em segundo lugar, Comte desenvolve uma "teoria religiosa do salário" cujo princípio central é aquele da gratuidade do ato produtor. Segundo essa teoria, o trabalho em favor da humanidade não pode ser corretamente remunerado por um salário; a verdadeira remuneração está contida no ato em si. Se for necessário haver pagamento de um salário pelos bens consumidos durante a produção e, provavelmente também, para cobrir a formação das pessoas que prestam esse serviço aos outros seres humanos, isso só vale para os proletários aos quais o capitalista deve assegurar um salário mínimo de existência de maneira a que possam adquirir uma propriedade mínima (moradia, vestimentas, mobília, etc.) e pôr fim a uma situação em que "os proletários acampam no meio da sociedade ocidental" (COMTE, 1895d, v.2, p.412). As outras classes sociais não recebem nenhuma remuneração: o clero recebe dons que são marcas da veneração que merecem, enquanto que os capitalistas decidem sobre sua parte na produção, sob a pressão de uma "saudável concorrência", que os impede de pegarem uma porção grande demais.

Tudo isso desemboca numa sociedade industrial na qual o altruísmo prevalece sobre o egoísmo. Esse último está sempre necessariamente presente, pois serve a colocar em movimento o instinto de produção, particularmente o dos capitalistas. Seu papel acaba nesse ponto: além disso, o altruísmo reina.

## ALTRUÍSMO E TEORIA ECONÔMICA

As proposições de Comte sobre a economia do altruísmo estavam bastante deslocados da economia política do seu tempo. Contrastavam igualmente com os pontos de vista apresentados por ensaístas em discussão crítica com economistas, como era o caso de Proudhon, que rejeitava com vigor a supremacia que os saint-simonianos e Comte concediam à filantropia ou ao altruísmo, pois essas motivações generosas não diferenciam humanos de animais, entre os quais se observa uma forma ou outra de vida social:

> A sociabilidade, nesse grau, é uma espécie de magnetismo que a contemplação de um ser semelhante a nós desperta, mas cujo fluxo nunca vem daquele que o experimenta; que pode ser recíproco, não comunicado: amor, benevolência, piedade, simpatia, como se queira chamá-lo, não tem nada que mereça a estima, nada que eleve o homem acima do animal. (PROUDHON, 1926, p.303).

É da justiça e da igualdade que ele espera o cumprimento da sociabilidade humana. Assim também, seria de se esperar que os economistas não concedessem nenhuma importância ao discurso de Comte. Tal não foi o caso e os maiores economistas da época se preocuparam em responder a esses desdobramentos sobre o altruísmo, pois Comte tinha beneficiado do apoio excepcional de Herbert Spencer, um dos raros a aceitar algumas de suas ideias fundamentais, a ponto de inscrever seus próprios trabalhos sob o rótulo de sociologia, esse mesmo que Comte havia forjado e adotado para sua obra.

Spencer está longe de concordar em todos os pontos com as reflexões de Comte. Ele se dá ao trabalho de detalhar as diferenças profundas que separam suas próprias teses daquelas do sociólogo francês quanto à evolução da ciência e da sociedade4 (SPENCER, 1892, 1968). Mas Spencer concede uma grande importância à questão do altruísmo no seu muito influente *Data of Ethics*, traduzido para o francês sob o título de *La morale évolutionniste* – Spencer está então no auge de sua fama e suas obras são traduzidas e publicadas no mundo inteiro5. Sua posição contrasta com o ponto de vista de Mill que, embora marcado pelos primeiros trabalhos de Comte e favorável ao desenvolvimento dos comportamentos orientados para os outros, não tinha dado importância às ideias desse último sobre o altruísmo, não vendo aí nada além da expressão do moralismo excessivo que o filósofo francês queria suscitar através da educação (MILL, 1974).

Como Comte, Spencer dá destaque à família enquanto instituição adaptada ao desenvolvimento de comportamentos altruístas; como Comte, ele situa as transmissões intergeracionais dentro das práticas altruístas; ainda como Comte, ele procura combinar motivações altruístas e egoístas (SPENCER, 1900). Mas a partir desse ponto, as diferenças ficam maiores que as semelhanças já que Spencer quer inscrever as diferentes combinações

---

4 Em seu estudo sobre o significado do altruísmo na Inglaterra vitoriana, Thomas Dixon explica que "Spencer foi o principal teórico do altruísmo na Grã-Bretanha do século 19" (DIXON, 2008, p.183).

5 "*Les données de l'éthique* e a quarta parte dos *Principes de sociologie* apareceram em 1879. Haviam sido amplamente publicados anteriormente na forma de artigos em periódicos ingleses, franceses, alemães, italianos, húngaros, e russos. A popularidade de Spencer nessa ocasião havia assumido uma dimensão internacional, e ele, sem dúvida, nunca tinha sido tão admirado." (BECQUEMONT; MUCCHIELLI, 1998, p.172).

do egoísmo e do altruísmo, não na topografia do cérebro humano, mas no princípio de seleção dos melhores, o qual rege a evolução das sociedades.

As conclusões de Spencer diferem das de Comte. Elas diferem, em primeiro lugar, em seu significado político, pois Spencer rejeita a máxima comteana de "viver para outrem", que é tão falsa, em sua opinião, quanto a máxima puramente egoísta (SPENCER, 1900, p.253). Além disso, ele rejeita a ideia de que o "viver para outrem" possa ser a base objetiva da subjetivização, conduzindo ao "viver em outrem", chave da "imortalidade" subjetiva apresentada pela religião da humanidade comteana, que supõe que os momentos mais sublimes da vida objetiva dos indivíduos falecidos permanecem presentes na memória das gerações futuras. Elas diferem, na sequencia, em combinações entre egoísmo e altruísmo, e na sua relação com a economia política. Spencer também é levado a destacar os paradoxos gerados pelo altruísmo: um altruísta deve aceitar a oferta de um altruísta? Se aceita, e depois oferece a título de reciprocidade, a situação final não será diferente da inicial. Assim também, Spencer insiste sobre a ideia segundo a qual não se trata de fazer o altruísmo prevalecer sobre o egoísmo, mas de conciliar os dois instintos. Ele dá a essa ideia uma expressão detalhada, na qual concorrência e compromisso, por um lado, egoísmo e altruísmo, do outro, se associam.

**Quadro 2** - Do egoísmo ao altruísmo segundo Spencer

| | Egoísmo | Altruísmo |
|---|---|---|
| Concorrência | "ter sua parte" | "nada mais que sua justa parte de altruísmo" |
| Compromisso | "nada mais que sua parte" | "cuidar de deixar aos outros sua parte de altruísmo" |

**Fonte:** SPENCER (1900, p.295-297).

O egoísmo é o ponto de partida obrigatório, pois sem uma relação clara entre a contribuição e a retribuição, não haveria produção suficiente de riqueza e, portanto, nenhuma possibilidade de agir de maneira altruísta. Estamos, portanto, numa situação de concorrência entre atores egoístas. Graças aos efeitos positivos da cooperação, esses atores egoístas concordam com o compromisso segundo o qual nenhum deles cobraria mais do que sua justa parte da riqueza produzida. Nesse estágio, por causa da abundância assim criada, assim como pelo crescimento das capacidades humanas em perceber os sentimentos de outrem, o altruísmo intervém. Contudo, esse crescimento da riqueza deixa cada vez menos oportunidades de se agir de maneira altruísta e, consequentemente, aparece uma concorrência entre os indivíduos que procuram agir de maneira altruísta. O estado final dessa evolução é

atingido quando os atores altruístas tomam o cuidado de deixar para outros altruístas a possibilidade de tomar parte nas raras oportunidades de ações altruístas disponíveis (SPENCER, 1900).

As diferenças entre Spencer e Comte são, portanto, nítidas. O evolucionismo de Spencer explica a passagem progressiva do egoísmo ao altruísmo através do desenvolvimento pleno da cooperação entre atores calculadores. O altruísmo e o egoísmo são, portanto, mutuamente necessários à obtenção desse resultado e não é o caso de favorecer uma das tendências mais do que outra, como dizia Comte, pensando que o perigo contido na sociedade industrial se devia ao desenvolvimento exagerado do egoísmo e só podia ser combatido pela educação fornecida pelas mulheres e pelo clero sociocrático. Sobretudo, a argumentação evolucionista de Spencer é formulada em termos econômicos, como transparece na expressão paradoxal de "concorrência altruística" empregada pelo sociólogo inglês. Essa maneira de proceder é reforçada pelo uso de um cálculo custo-benefício operante ao longo da evolução descrita por Spencer, de tal maneira que o altruísmo e o egoísmo são comensuráveis e podem ser colocados nas duas extremidades de uma mesma escala de avaliação, o que está em total oposição com a maneira como Comte vê o altruísmo como instinto e valor último, diferente do egoísmo. Nesse sentido, Spencer só leva em conta a única categoria intermediária do egoísmo altruísta e não é por acaso que ele elimina toda referência à dimensão religiosa na qual Comte envolve sua reflexão sobre o altruísmo e sua crítica da economia política no seu *Sistema de política positiva.*

Apesar dessas diferenças profundas, a retomada por Spencer da temática do altruísmo tem um impacto notável sobre o devir da reflexão de Comte. De fato, a sociologia de Spencer é bem recebida pelos economistas, particularmente pelos economistas franceses que veem nela uma maneira de se contrapor às reivindicações da filosofia positiva de Comte e da sua crítica da economia política. Por causa do impacto internacional da obra de Spencer, a questão do altruísmo não podia ser ignorada pelos economistas e, ao mesmo tempo, uma vez reduzida a um cálculo de custo-benefício, ela se integrava sem dificuldade na teoria econômica. Um exemplo basta para mostrá-lo. Professor no Collège de France, na École Libre des Sciences Politiques e editor do *L'Économiste français*, Paul Leroy-Beaulieu é uma das grandes vozes da economia política francesa. Preocupado em defender a economia política da crítica que lhe é dirigida por Comte de cultivar apenas a motivação egoísta, ele adota o paradigma familiar e explica que a dimensão social do comportamento humano não é estranha ao economista que dissocia duas esferas da vida econômica, de acordo com as motivações operantes: "O interesse privado é a motivação principal, geral, sob formas inclusive bastante variadas, tanto

nos fenômenos da produção, da circulação e mesmo da repartição dos bens, e é no uso que se faz desses bens que aparecem depois os sentimentos de simpatia e de altruísmo." (LEROY-BEAULIEU, 1890, p.71). Leroy-Beaulieu examina regularmente a questão dos motivos operantes no domínio econômico para destacar a variedade dos motivos humanos e sua institucionalização através da distinção entre família e mercado (LEROY-BEAULIEU, 1890).

Ele toma o exemplo das liberalidades privadas a favor de obras de interesse geral, liberalidades que ele situa na continuidade do evergetismo antigo e que ele chega a opor ao sistema moderno em que o imposto substitui o dom6 (LEROY-BEAULIEU, 1890). A defesa da herança passa, portanto, pela patrimonialização à qual Leroy-Beaulieu é muito apegado. Ele não coloca em dúvida o fato de que a forma ocidental, do fim do século XIX, da família burguesa, seja a única sólida, a única favorável ao desenvolvimento da riqueza e da moralidade. Ele se inscreve na linhagem de Thiers, que fazia da prosperidade econômica uma consequência direta do incentivo ao esforço que produz a patrimonialização, fundada sobre a herança e a filiação:

> No sistema de hereditariedade dos bens, pelo contrário, o pai trabalha enquanto pode, até o último dia de sua vida; o filho que era sua perspectiva encontra outra igual nos seus próprios filhos e trabalha para eles como trabalharam por ele, não para assim como seu pai não parou, e todos voltados para o futuro como um operário num moinho, fazem girar, girar ininterruptamente esse moinho, de onde surgem o bem estar de seus netos e não apenas a prosperidade das famílias, mas também a do gênero humano. (THIERS, 1848, p.75).

Depois de um longo eclipse, o altruísmo voltou a ser uma dimensão importante da reflexão econômica. A literatura econômica consagrada à questão do altruísmo no sentido da satisfação que um ator tira daquela proporcionada a outrem, cedendo-lhe parte de seus próprios recursos7, mostra que os economistas fizeram esforços consideráveis desde o meio do século XX para integrar em seus modelos comportamentos diferentes, pelo menos na aparência, daqueles que estudavam até então (FONTAINE, P., 2007, 2012). Iniciada por um pequeno número de pesquisadores de alto gabarito (Kenneth Boulding, William Vickrey, Gary Becker: os dois últimos receberam o prêmio Nobel de economia), a economia do altruísmo tornou-se parte constitutiva da disciplina, destinada a explicar porque indivíduos

---

6 Evergetismo é uma doação à coletividade feita por grandes personagens da antiguidade grega e romana, entre 300 AC e 300 DC.

7 Trata-se de uma situação na qual há uma interdependência entre as funções de utilidade; a utilidade obtida pelo altruísta depende do seu consumo e em parte do consumo do beneficiário do seu ato de altruísmo.

calculistas fazem doações em dois quadros sociais específicos: a família de um lado, e o terceiro setor de outro (KOLM, 2006).

Pode finalmente parecer que a oposição entre altruísmo e egoísmo, apontada por Comte para mostrar as insuficiências da economia política como ciência da troca, não tenha conseguido abalar esse "saber prematuro", nem no fim do século XIX nem ao longo do século XX. É preciso, no entanto, levantar vários pontos antes de estabelecer um balanço. De um lado, a abordagem econômica resume-se, com maior frequência, à integração do altruísmo sob forma de interdependência da utilidade, principal resultado obtido no período 1960-1975. No sentido de Comte, trata-se aí apenas da dimensão egoísta das tendências altruístas; o que deixa escapar a dimensão puramente altruísta do comportamento humano. Por outro lado, a integração do altruísmo no discurso econômico custa caro: a minimização do papel conferido às considerações éticas sobre as quais os economistas estão pouco inclinados a fundar seu discurso. As tentativas de Amartya Sen de fazer valer a diferença entre o altruísmo-egoísta, ou simpatia dos economistas, e o engajamento (commitment) fundado sobre valores que fazem com que o indivíduo desvalorize de maneira consciente sua situação (de maximizador de utilidade) para defender os valores aos quais adere, não foram bem sucedidas. Em terceiro lugar, na fase que vai de 1975 até o meio de 1990, o triunfo do modelo do interesse egoísta entre os economistas vai de par com o reaparecimento da distinção entre os grupos restritos, cujo exemplo por excelência é a família, no interior dos quais é possível observar um comportamento altruísta, e os grupos mais largos, como o mercado, onde o egoísmo é a força oculta que move a ação (FONTAINE, P., 2012). Enfim, vale notar que os debates sobre o altruísmo têm uma dimensão de luta entre disciplinas acadêmicas e um alcance político. Os desenvolvimentos sobre o altruísmo intervêm num período de confronto entre os economistas e as outras ciências sociais, momento caracterizado de um lado pelo "imperialismo da economia" segundo o qual a teoria econômica é a gramática geral da ação humana e, portanto, a base científica de toda ciência social e, de outro lado, pelos primeiros desenvolvimentos, por parte dos sociólogos, de uma sociologia econômica que vem fazer concorrência com a teoria econômica sobre seu próprio terreno, aquele da compreensão do mercado. Por outro lado, os debates sobre o altruísmo acontecem num período no qual o papel do Estado é fortemente questionado com a chegada na Grã Bretanha, e depois nos Estados Unidos, de dirigentes conservadores que desejam limitar o domínio do Estado sobre a vida econômica, sobretudo no que diz respeito à atividade de redistribuição e de fornecimento dos bens públicos.

Nesse sentido, a oposição traçada por Comte não perdeu seu alcance nem do ponto de vista da oposição entre economia e sociologia, nem de um ponto de vista político. De fato,

além das disputas intelectuais entre os luminares de disciplinas próximas, o altruísmo se impõe enquanto prática concreta e efetiva transferências de um volume economicamente e politicamente importante de recursos.

## ALTRUÍSMO E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

A força do discurso de Comte não se sustenta unicamente sobre o poder de sua dialética, nem sobre a sua capacidade de delimitar os problemas científicos, sociais e políticos da primeira metade do século XIX. A tipologia elaborada por Comte enfatiza outras formas de troca além da troca de mercadorias, como a guerra, os dons e a sucessões. As apropriações de recursos associados aos conflitos armados e ao poder político pelo intermédio da corrupção e do favoritismo não são levados em conta pelas ciências sociais, por razões que nada têm a ver com a esperança que Comte depositava no caráter pacífico da sociedade industrial. Em compensação, doações e heranças constituem práticas massivas no seio dessa ultima, como aquelas que a precederam, práticas organizadas segundo princípios diferentes da troca de mercadorias.

A diferença entre os princípios que regulam as heranças e as doações, de um lado, e os contratos de troca, do outro, está inscrita no direito: ela está instituída. Com ela, está instituído o paradigma familiar que os economistas adotaram para rejeitar as críticas que Comte lhes tinha dirigido. Essa instituição assume sua forma moderna na França com a redação do Código Civil no decorrer da Revolução francesa, o que lhe dá uma dimensão política muito particular, já que se trata de impedir a volta à ordem social aristocrática, ao mesmo tempo em que se mantém o poder do pai de família. Esses dois objetivos são compatíveis com a política positivista e sua visão muito conservadora de família. Embora atualmente estejam ultrapassados, a dimensão política dos princípios de sucessão não desapareceu.

### *A herança como princípio político*

O código civil francês é o quadro jurídico vigente no momento em que Comte redige suas reflexões sobre a herança. A dimensão política da família e da organização das transferências intergeracionais destaca-se muito explicitamente dos debates que se deram no momento de sua elaboração.

A coletânea dos debates sobre o Código Civil no Conselho de Estado faz referência à essa dimensão política distinguindo as leis de sucessão dos contratos e das transações comerciais que os indivíduos podem estabelecer uns com os outros:

> Existem, escreve Jacques de Maleville, quatro objetos principais, em todo código de leis, que podem ser regulados sobre os únicos princípios da justiça ordinária e cujas bases devem necessariamente ser coordenadas com a forma de governo da nação para a qual o código é feito: esses objetos são o poder paterno, o contrato de casamento, as sucessões e os testamentos [...] Para o regulamento de todas as outras transações da vida humana, basta seguir a reta e simples equidade, mas para aquelas das quais acabo de falar, é preciso elevar-se acima da rotina ordinária e fixar o olhar sobre a forma e a situação do Estado ao qual se quer dar leis.8 (MALEVILLE, 1805, p.169-170).

A afirmação coloca em evidência a ligação estreita que o legislador estabelece entre a forma de governo, o pai como encarnação do poder no seio da família, as regras que organizam a transferência de recursos entre as famílias que se aliam por casamento, e a maneira como a vontade do pai é enquadrada pelas regras de sucessão. A dimensão política está muito presente entre os membros do Conselho de Estado quando são debatidos os artigos que dizem respeito às leis de sucessão. Maleville relata que os conselheiros são conscientes do impacto do código em gestação sobre a fragmentação das propriedades, considerado conforme ao interesse público numa democracia do ponto de vista do enriquecimento e da estabilidade da ordem social9. A lei francesa sobre as sucessões e doações é fortemente determinada pela preocupação de prevenir a volta da antiga nobreza, eliminando os *majorats*, as substituições10 e os direitos de primogenitura que garantiam a manutenção do patrimônio

---

8 Jurista eminente e político conservador, Raymond Troplong é igualmente bastante explicito quanto a essa dimensão política em seu comentário sobre o artigo de 913 do *Code civil*, adotado com a proposição de Cambacérès: "O artigo 913 combina bem com a lei do ano VIII, quando a família é de três filhos. Mas, acima ou abaixo desse número, ele os separa para tornar mais forte um poder [o do pai] que é o primeiro de todos e o alicerce de todos os demais. Até então, o Código de Napoleão marca seu lugar entre as leis de reparação da ordem social. Ele realiza um progresso do qual se podia ter esperança com a lei do ano VIII, mas que ela não se atrevia a conceder aos homens amigos da ordem, da família e da propriedade." (TROPLONG, 1855, p.258). Uma característica idêntica aparece no direito americano através da aceitação pelos defensores mais ardorosos da propriedade privada, da afirmação segundo a qual a repartição sucessoral dos bens depende das instituições positivas, e não constitui um direito natural no qual o legislador não possa interferir (BECKERT, 2008).

9 "O efeito da legislação proposta, será, eles dizem, a fragmentação das heranças; mas isso é bom para o interesse público, aumenta o número de proprietários; e os países de pouca cultura são mais populosos, consequentemente, supõe-se mais abastados que os outros." (MALEVILLE, 1805, p.379). Um pouco adiante ele completa: "Diz-se que a fragmentação está em conformidade com o interesse público. Sim, em uma democracia, que deve sempre tender à divisão das fortunas para se conservar; mas em qualquer outro governo, é o pior dos sistemas." (MALEVILLE, 1805, p.391).

10 O *majorat* é uma situação na qual um bem inalienável e indivisível é atrelado à posse de um titulo de nobreza e transmitido com o titulo ao filho mais velho. No caso de substituição, o bem legado não é verdadeiramente propriedade do legatário pois ele é obrigado a transmiti-lo; os economistas liberais viram nisso uma perversão da liberdade de testar pois elimina a liberdade dos legatários seguintes, por um período infinito, no limite.

da linhagem; ela devia igualmente impedir a reconstituição das riquezas da Igreja que lhe tinham sido arrancadas no decorrer da Revolução (MARAIS, 1999). As atas dos debates são publicadas: nessa ocasião, todo leitor pode tomar conhecimento do fato que o Primeiro Cônsul está a favor da multiplicação dos proprietários11, embora se preocupe com o futuro das fortunas módicas para propor uma gradação da parte disponível segundo o valor absoluto dos patrimônios, solução rejeitada pelos membros do Conselho de Estado que prefere a fórmula de Cambacérès, em vigor até os dias de hoje.

A herança igualitária é o princípio sucessoral adequado ao estado social democrático. No primeiro volume *De la démocratie en Amérique*, Alexis de Tocqueville destaca os efeitos da aplicação da lei sobre o tamanho das propriedades fundiárias: uma vez a lei adotada, a fragmentação dos patrimônios avança um passo a cada transmissão entre as gerações e produz progressivamente um mundo de pequenos proprietários adequado ao ideal igualitário democrático. Mas a lei sobre as sucessões produz ainda outros efeitos. Ela leva a conceber a propriedade fundiária como um ativo comparável aos outros, avaliado segundo sua taxa de rendimento: ela modifica o "valor de sentimento" agregado à posse da terra e sua transmissão de geração em geração. Esse valor afetivo enfraquece diante do "valor de mercado" já que a linhagem familiar não está mais diretamente apoiada em uma transmissão sucessoral, mas, ao mesmo tempo, ela se transforma (TOCQUEVILLE, 1951): se o pai de família perde cada vez mais sua função política, ele beneficia das relações afetivas que se instalam no lugar das relações políticas e econômicas.

O lugar que se concede ao pai de família continua sendo uma dimensão política da lei sobre as sucessões. A herança igualitária que garante ao filho uma parte da herança, aparece para alguns como destruidora do poder paterno já que ela despoja o pai do recurso da deserdação, graças ao qual ele pode impor obediência a um filho rebelde. Daí a necessidade, em sua opinião, de manter uma "quota disponível" de uma quantia suficiente para garantir ao pai um poder mínimo sobre seus herdeiros; mas isso não anula o papel novo concedido ao afetivo. Questionar *post mortem* as afeições do defunto em relação aos seus diversos filhos está fora do alcance da lei. Diante dessa dificuldade, o direito francês cria, de um lado, a ficção de afeição igual presumida do pai pelos seus filhos, o que legitima de direito a repartição igual em caso de ausência de vontade do pai, e de outro, define a "reserva", ou parte mínima garantida a cada filho. Esses princípios estão explicitados na apresentação feita por François-Denis Tronchet quando ele justifica que se enquadre a razão dos pais segundo o

11 "O Primeiro Cônsul disse que compartilha a opinião de Treilhard sobre a necessidade de multiplicar o número de proprietários, que são os alicerces mais firmes da segurança e da tranquilidade dos Estados." (LOCRÉ, 1803, p.329).

princípio da afeição presumida, concedendo-lhes "[...] a faculdade de recompensar ou de punir discretamente: aquela de reparar entre os filhos as desigualdades da natureza ou as injustiças cegas da fortuna. Concede-lhes, além disso, a faculdade de exercer atos beneméritos e de gratidão com estranhos." (LOCRÉ, 1803, p.356). Esse enquadramento da razão dos pais diz respeito igualmente às doações que ele pôde fazer enquanto vivo, já que o artigo 922 do Código civil define a noção de "redução" segundo a qual, no momento de levar a cabo a partilha sucessoral, os beneficiários dessas doações devem "comunicar seu valor" que se acrescenta ficticiamente ao volume sucessoral, e que se deduz de sua parte, se as doações excederem o valor do qual o defunto podia dispor à vontade.

Os vínculos entre a propriedade, o poder paterno e as sucessões mobilizam, portanto, também as afeições familiares e a doação, como se pode ver na fórmula que Adolphe Thiers utiliza para defender a lei sucessória, quando essa é atacada pelos socialistas da Segunda República:

> A propriedade não é tal se não posso doá-la nem consumi-la: nisso, concordam comigo. Se posso doá-la a pessoas que me são indiferentes, mais um motivo para que possa doá-la aos meus filhos que, inclusive, têm uma indispensável necessidade dela durante parte de sua vida: concordam também quanto a isso. Posso, portanto, dar a outrem, e nesse outrem eu posso, devo, dar preferência aos meus filhos. (THIERS, 1848, p.63).

Economista liberal, Henri Baudrillard elabora o argumento em termos de solidariedade familiar. Segundo ele, esse termo designa a formação do indivíduo como ser social capaz de superar "o egoísmo e a imprevidência", "a fantasia e as fraquezas individuais" graças "ao sentimento de responsabilidade que se fortalece [na família]", graças "à sociabilidade que nasce nela" de tal forma que se forma um "capital imaterial de bons hábitos, transmitidos de pai para filho", e "crenças comuns, essa unidade moral das gerações, que só existe sob condição de ter seu fundamento no passado" (BAUDRILLARD, 1883, p.260-261). Baudrillart enfatiza assim as relações primordiais, que assumem o indivíduo integralmente, em contraposição com o que acontece nas relações econômicas, jurídicas, etc., nas quais uma única dimensão do ser humano é levada em consideração. Segundo ele, a economia não acaba na porta de casa, instala-se na vida familiar com o consumo e a gestão das despesas pela mãe. Baudrillart justifica a herança pela solidariedade familiar, associando-a com a biologia, os afetos e o moral, de tal maneira que essa solidariedade natural possa ser oposta à

solidariedade artificial12, que tentam criar aqueles que opinam a favor da abolição da herança: "Não é estranho que, de tão chocados que estão pela solidariedade familiar, não tenham nada mais urgente a fazer do que substituí-la pela solidariedade comunitária, muito menos fácil de se justificar?" Essa solidariedade familiar é, contudo, um fato indestrutível. Herdam-se as doenças do pai, assim como se sofre a impressão duradoura da má educação e dos maus exemplos que ele pode dar: por que não se herdaria os bens morais e materiais que ele pode transmitir? (BAUDRILLARD, 1883, p.259). O paradigma familiar funciona plenamente.

A articulação das dimensões políticas e familiares é encontrada também em outras legislações. Contrariamente à tese segundo a qual as sociedades evoluem cada vez mais em direção ao individualismo e o utilitarismo de mercado, as leis sobre a herança mostram a importância de um "individualismo embutido", já que o proprietário está preso em relações afetivas instituídas pelo direito. O proprietário da riqueza não é um indivíduo isolado. Essa situação se aplica à França, como à Alemanha e aos Estados Unidos, mesmo que existam diferenças entre as formas discursivas despregadas nos debates e entre os quadros jurídicos decorrentes. Na Alemanha, a herança igualitária não é justificada pela ideia de igualdade natural entre os filhos do defunto, mas pela necessidade de proteger a família como estrutura social fundadora da ordem política (BECKERT, 2008). Nos Estados Unidos, as leis de sucessão devem defender a democracia americana do risco de um empreendimento plutocrático que grandes fortunas transmitidas e aumentadas de geração em geração poderiam fazer pesar sobre a democracia americana ameaçando a igualdade de oportunidade política. A liberdade testamentária vigora, o que significa que os filhos podem ser legalmente deserdados – na prática, as devoluções são feitas de maneira igualitária na esmagadora maioria dos casos. Contudo, a instituição familiar continua presente no coração do dispositivo americano através da proteção do cônjuge sobrevivente e dos filhos, adquirida com a instauração do *Homestead exemption* em 1862, lei que garante abrigo contra os credores do defunto em sua casa e em certa superfície de terra.

A importância das dimensões políticas e familiares das leis de sucessão dá crédito ao argumento comteano. De um lado, o direito permite realizar a força da inscrição política da solidariedade familiar e de sua dimensão afetiva, que Comte associava ao altruísmo. De outro lado, as leis de sucessão são explicitamente afastadas da troca de mercadorias: essas leis nada devem aos contratos que emergem espontaneamente do decorrer da vida social; também não

12 Essa oposição terminológica é tomada do capítulo inacabado que Frédéric Bastiat (1851) dedica à solidariedade em *Harmonies économiques*.

são mais organizadas de maneira a fazer prevalecer o princípio de eficácia que está no cerne da economia política. O filho herda de seu pai por fazer parte de sua família, no sentido da linhagem juridicamente definida pelo vínculo do casamento, pelo reconhecimento no momento do nascimento ou pelas leis que regulam a adoção: mas ele não herda por ser quem está mais habilitado a fazer valer os recursos transmitidos *post mortem*. Esses últimos são transferidos segundo princípios políticos e afetivos, e não segundo princípios de mercado que poderiam surgir caso se criasse um mercado de devolução de riquezas, como por exemplo, ao estabelecer um sistema de leilão aberto a qualquer indivíduo interessado pelos bens transformados novamente em mercadoria em seguida a um falecimento.

***Herança, crescimento e desigualdades***

De Bonaparte a Tocqueville, a herança igualitária francesa é louvada por seus efeitos favoráveis à multiplicação de pequenos e médios proprietários, os verdadeiros fiadores da manutenção da ordem social. Essa preocupação também é forte no caso americano, já que, segundo Thomas Jefferson, a distribuição das propriedades deve ser feita de maneira a assegurar uma igualdade entre os cidadãos, sem a qual a ordem republicana não pode se instalar.

A questão política da igualdade e a questão econômica da eficácia nas devoluções sucessórias estão no cerne do debate sobre a tributação no momento da transmissão sucessória, debate próprio ao século XX, e cujo resultado foi, se considerarmos o negócio em traços gerais, uma elevação progressiva das taxas de imposição sobre as sucessões após a primeira guerra mundial, seguida de uma forte tendência de queda desde os anos 1980 – George Bush Junior considerava, inclusive, encerrar completamente o que era chamado de *Death Tax*, no lugar da *Estate tax*, liquidada na transferência da propriedade e não por ocasião do falecimento.

Instituição política, a herança pesa sobre o funcionamento das sociedades contemporâneas pela importância dos valores movimentados e por seus efeitos sobre o crescimento das desigualdades no interior de um país. Estudando as transferências de riqueza por herança e doações em vida, na França, em dois séculos, Thomas Piketty mostra que os fluxos anuais de herança em relação ao montante da renda nacional (o total dos rendimentos

primários recebidos pelos franceses) tomam a forma de uma curva em U que se pode resumir segundo o seguinte sequencia13 (PIKETTY, 2011, 2013):

- entre 1830 e 1910, a transferência de riquezas por herança e doações representam em média em torno de 20 a 25% da renda nacional;

- essa porcentagem diminui fortemente a partir dos anos 1910, passando de 22% a 8% em 1920. A queda continua até o início dos anos 1950, e o fluxo das transmissões intergeracionais atinge seu ponto historicamente mais baixo em 1950 com 4%;

- desde os anos 1950, a porcentagem volta a subir, lentamente no começo, mais depressa a partir de 1990, até se aproximar de 15% em 2008.

Esses resultados evidenciam a importância econômica da herança e das doações entre vivos no seio familiar: 15% da renda nacional é anualmente transferida de uma geração para a outra nesse início do século XXI, aproximando-se assim progressivamente dos níveis que atingiam ao longo do século XIX. A herança não é um modo menor de transferência de recursos, pelo contrário; sua importância vai crescer de acordo com simulações realizadas por Piketty. A relação dos fluxos transmitidos por herança e renda nacional depende da relação existente entre a taxa de crescimento da renda nacional e a taxa de remuneração do capital. Nas sociedades de fraco crescimento (1-2%) e cuja taxa de remuneração do capital é sensivelmente mais elevado (4-5%), a diferença, aparentemente inexpressiva, entre essas duas taxas produz, contudo, resultados consideráveis a longo prazo. Nos países que gozam de crescimento importante, a riqueza recebida de gerações passadas é proporcionalmente pequena em comparação com a riqueza recém-produzida; as doações e heranças contam pouco, perto da renda nacional. O inverso acontece quando a produção é fraca: os beneficiários de uma herança importante recebem um patrimônio cuja taxa de valorização é superior à taxa pela qual a nova riqueza é produzida: "Assim, a riqueza passada tende a dominar a nova riqueza, os rentistas tendem a dominar aqueles que só recebem renda salarial, e os fluxos de riquezas transferidas por herança se tornam importantes comparativamente à renda nacional." (PIKETTY, 2011, p.1074-1075).

O trabalho de Piketty trata das variáveis agregadas e dos valores médios, enquanto que, como se sabe, o primeiro decil da distribuição da renda nos Estados Unidos possui 72% da

13 A curva em U dos fluxos de herança registrados na renda nacional se explica por três variáveis também em U: a relação patrimônio-renda, a taxa de mortalidade e a relação entre riqueza ao falecer e riqueza dos herdeiros (ajustada pelos efeitos ligados às doações entre vivos). A decomposição do efeito global em seus três componentes que Piketty apresenta, permite ser mais preciso: a metade da explicação vem da evolução da relação entre os patrimônios e a renda nacional, a taxa de mortalidade tem pouco efeito explicativo; é portanto a relação entre a riqueza ao falecer e a riqueza ao herdar que importa, isto é, a parte da riqueza detida pelas faixas etárias acima de 70 anos comparada com a da faixa dos 50 anos.

riqueza acumulada; os quatro decis seguintes possuem 26% e a metade mais pobre da população possui apenas 2% do total. Na França, os números para essas mesmas faixas são de 60, 35 e 5%14 (PIKETTY, 2011). Além disso, a composição da riqueza não é a mesma de acordo com o volume da riqueza: a taxa pela qual o patrimônio é valorizado difere entre os indivíduos e se eleva com o nível do patrimônio (PIKETTY, 2011). As transmissões "altruístas" no sentido de Comte não são igualitárias por natureza; no caso de espécie, elas revelam mais do que ele chamou de "altruísmo egoísta" pelo intermédio do qual a transmissão hereditária reforça as linhagens economicamente fortes, e enfraquece as linhagens economicamente fracas.

***Heranças e dons intrafamiliares: a percolação das riquezas***

Os efeitos macro-sociais da herança e das doações só constituem uma faceta da questão do altruísmo comteano que passa igualmente pelos dons, forma não violenta, em comparação com a herança, que supõe a morte de uma pessoa para ser ativada. Para examinar esse ponto, distinções mais precisas que aquelas de Comte são requeridas de maneira a compreender a complexidade das transações não comerciais no seio familiar; é preciso abandonar igualmente o ponto de vista muito conservador que o sociólogo tinha sustentado.

Florence Weber e seus colegas mostraram a existência de três significados diferentes do que se chama de família, conforme sua ordenação por nome, sangue ou vida cotidiana15 (WEBER, 2013). O parentesco pelo nome é construído pelo direito que define as regras da filiação; esse parentesco se impõe no momento do falecimento dos pais pela transmissão das riquezas de uma geração para a seguinte. O parentesco por sangue resulta dos progressos da medicina e de sua capacidade de dizer se uma filiação é biológica ou não; ela resulta igualmente do fato que a biomedicina é doravante capaz de produzir engendramentos complexos com o dom do esperma e de óvulos, sem contar a intermediação de mulheres ditas "barriga de aluguel". Além de tudo isso, ainda existe a família determinada pela "força da vida cotidiana" que define o que Weber chama de "coabitação familiar".

A "coabitação familiar" é frequentemente associada à proximidade geográfica que tem na coabitação seu indício principal, embora não seja condição necessária. É daí que a vida cotidiana extrai grande parte de sua força, mas ela pode criar vínculos suficientemente poderosos entre os indivíduos para que durem quando cessar a coabitação. O aparecimento de uma "coabitação

14 As desigualdades não dependem da idade - as desigualdades são praticamente idênticas no interior das faixas etárias.
15 Ver também Weber (2002).

familiar" decorre essencialmente da existência do que Weber chama de “causa comum” (WEBER, 2013, p.139 e p.149), como a “sobrevida” quando alguns membros do grupo se encontram em dificuldade econômica e relacional, ou quando a dependência (filhos, doentes, pessoas com necessidades especiais, etc.) impõe a intervenção de vários cuidadores. O funcionamento da "coabitação familiar" não cabe nos limites da família definida pelo direito (a linhagem e o nome), pela ciência (vínculos biológicos) nem mesmo pela economia (o núcleo familiar no sentido das categorias da estatística nacional).

O funcionamento em "coabitação familiar" tem, portanto, uma dimensão econômica16. As pesquisas empíricas revelam a existência do que Weber qualifica de “espiral de dons” ou ainda “mutualização de recursos” (WEBER, 2013, p.146 e p.225). Tomemos como exemplo três famílias urbanas pobres17: a família M. (dois adultos e três crianças), A. (uma adulta divorciada, seu companheiro e uma criança) e G. (dois adultos com três filhos, sendo que um assalariado, vivendo com os pais) são ligadas entre si, já que Stéphanie M. é a irmã de Mélanie A., ela mesma ligada a Roger G., seu ex-cunhado. Cada uma dessas três famílias se encontra abaixo da linha de pobreza definida pelas estatísticas nacionais, com uma renda mensal por unidade de consumo inferior a 910 € por mês. As famílias M. e A. vivem em regime de coabitação, cuja causa comum é a sobrevivência de cada um deles. Essa “coabitação familiar” incorpora ocasionalmente os pais das duas mulheres, igualmente pobres, que ajudaram sua filha Mélanie A. quando essa ficou desempregada, dando-lhe latas de conservas recebidas de organizações de caridade; mas o essencial da ajuda vem de uma mutualização de alguns de seus recursos. Stéphanie M. cuida dos filhos de sua irmã junto com os seus, cozinha para eles em troca da compra de sobremesas para as crianças e de 100 € mensais, ou seja, três vezes menos do que o que Mélanie A. pagava quando se servia do “mercado de trabalho”, no caso, uma vizinha desempregada. Mélanie também ajuda sua irmã que não tem carro, servindo-lhe de motorista, o que lhe permite fazer compras num grande supermercado de *hard discount,* mais barato que o comércio da vizinhança ou outros grandes supermercados. Enfim, a “coabitação familiar” inclui de maneira equívoca a ajuda oriunda da aliança rompida de Melanie com seu ex cônjuge, que assumiu as dívidas do casal em troca da renúncia à pensão alimentícia de seus dois filhos. A “coabitação familiar” recebe igualmente a ajuda da parte do ex-cunhado de Mélanie, o qual, apesar do rompimento do vínculo efetivado pelo divórcio, “quebra um

16 Em seu estudo sobre os intercâmbios e as doações no âmbito das famílias em Quebec, Jacques Godbout e Johanne Charbonneau avaliam o que eles denominam o auxilio familiar informal entre 10% e 20% das receitas dos indivíduos (GODBOUT; CHARBONNEAU, 1996, p.11).

17 As informações a seguir foram retiradas da tese de Ana Perrin-Heredia (2010). Encontramos exemplos, também, do funcionamento nas unidades de coabitação na tese de Sibylle Gollac (2011).

galho” eventualmente (colocando papel de parede por exemplo). Quanto à família G., seriamente endividada, sua causa comum também é a da sobrevivência, mas ela se complica com outro componente que consiste em ajudar o filho adulto assalariado que recebe casa comida e roupa lavada de sua mãe em troca de uma quantia, paga irregularmente, de 200 € mensais, embora essa quantia não cubra as despesas associadas, sem contar o custo extra (aumento do aluguel e diminuição da assistência social) que sua presença na casa e seu salário fazem pesar sobre os recursos da família. No usufruto do essencial de seu rendimento, o filho assalariado parece sair do perímetro da “coabitação familiar”; mas fica ali mais do que parece pois sua mãe apela para os seus recursos financeiros nos finais de mês difíceis. Os parentes, por fim, intervêm com um "empréstimo amigável" negociado por uma tia de Christine G.

A mutualização de recursos dentro de uma coabitação familiar não deve nos levar a acreditar que a individualização não continue em vigor, nem que as relações familiares sejam tranquilas. Cada família mantém a sua especificidade: ao contrário das outras duas famílias, a família M. não está endividada; cada um gere seu orçamento, inclusive quando esse orçamento leva em conta um recurso que faz parte da mutualização: o veículo de Melanie. As relações às vezes podem ser difíceis e as duas irmãs expressam de bom grado sentimentos violentos em relação aos pais, especialmente ao pai. A mutualização é um processo frágil, que dura enquanto a causa comum reúne as pessoas a quem ela interessa: o filho adulto assalariado da família G. pode deixar a casa, modificando, assim, o perímetro e a natureza da coabitação familiar. Além disso, a evolução das afinidades e dos afetos pode fazer com que uma pessoa se afaste, removendo recursos da mutualização constitutiva da coabitação familiar por estar "farto", por achar que a troca é desigual demais, como fez Stephanie, momentaneamente, deixando de cuidar dos filhos da sua irmã antes do seu divórcio. No entanto, o efeito da "força do cotidiano" perdura, e pode ressurgir mais tarde, particularmente no momento delicado de um falecimento, chamando os membros de uma antiga coabitação familiar a dividir – conforme métodos de cálculo pré-definidos por lei no que se refere a quem pode receber e quanto – enquanto que as formas de contar o resultado da "espiral de doações" e seu impacto sobre as partes da herança, frequentemente variam segundo os membros da família.

Os dados coletados na França em uma grande amostra de 4600 pessoas, distribuídas por três gerações permitem determinar a natureza e o volume dos fluxos que circulam entre as gerações no seio das coabitações familiares – reduzidas, neste caso, aos indivíduos ligados por sangue ou aliança (ATTIAS-DONFUT, 1995)18. Com poucas exceções (os Jovens não dão dinheiro aos Velhos), os fluxos esgotam todas as possibilidades existentes de

18 Encontramos uma abordagem comparativa sobre a Europa na síntese da pesquisa SHARE de 2004 de François-Charles Wolf e Claudine Attias-Donfut (2007).

transferências entre as três gerações – a pesquisa, infelizmente, não considerou as transferências "horizontais", como é o caso do apoio entre irmãos. Os fluxos devem ser distinguidos entre os que envolvem dinheiro19 e os de serviços20: os resultados agregados do estudo estão resumidos a seguir (Tabelas 3 e 4).

**Tabela 3 -** Fluxo de dinheiro entre três gerações

| | Velhos | Adultos | Jovens |
|---|---|---|---|
| Velho | --- | 9% | 0% |
| Adultos | 33% | --- | 2% |
| Jovens | 33% | 64% | --- |

**Fonte:** ATTIAS-DONFUT (1995, p.46).

**Tabela 4 -** Fluxo de serviços entre três gerações

| | Velhos | Adultos | Jovens |
|---|---|---|---|
| Velhos | --- | 89% | 56% |
| Adultos | 38% | --- | 60% |
| Jovens | 49% | 96% | --- |

**Fonte:** ATTIAS-DONFUT (1995, p.47).

Modo de Leitura: na coluna estão as porcentagens de uma categoria que doou a cada uma das outras duas. Por exemplo, a última linha da segunda coluna da Tabela 3 indica que 64% dos adultos doaram aos Jovens.

Trata-se de valores médios que se repartem de acordo com a intensidade das relações entre gerações no seio das coabitações, frequentemente caracterizadas pela proximidade geográfica – que pode ser muito estreita, pois, um terço dos Adultos vive no mesmo município que os Jovens, e igualmente, um terço dos Adultos vive no mesmo município que os Velhos e em 14% dos casos, Velhos, Adultos e Jovens vivem no mesmo município – pela intensidade emocional e pelos níveis de recursos disponíveis nas famílias.

---

19 Os fluxos em questão são as doações ou empréstimos de dinheiro efetuados esporadicamente recentemente, e as pensões pagas regularmente. As heranças, as doações *inter vivos* e dinheiro dado ou empréstimo para aquisição de moradia não são considerados na pesquisa.

20 Trata-se de serviços domésticos diversos (lavar roupas, preparar refeições, cuidados de animais de estimação e de crianças), compras, empréstimo de um veículo, tarefas administrativas, etc. Os mesmos elementos são considerados na pesquisa realizada em Québec onde a mobilidade residencial mais intensa torna a ajuda no momento da mudança ou após uma mudança seja mencionada com mais frequência (GODBOUT; CHARBONNEAU, 1996, p.54-55).

Três elementos emergem desses dados no que diz respeito à inscrição do altruísmo familiar nas práticas de mutualização. Os fluxos de dinheiro são descendentes: os fluxos que vão dos Velhos aos Adultos e aos Jovens, e dos Adultos aos Jovens são mais numerosos que os que vão na direção oposta. Além disso, os presentes em dinheiro são destinados essencialmente às crianças e, mais ainda, aos adolescentes21. Os dados microssociológicos são, portanto, consistentes com os dados macroeconômicos de transmissão de riqueza por meio de doações antes que a riqueza seja transferida por meio de herança. O valor médio das somas é 5.600 € (valor de 1995) dos Velhos para os Jovens e 7.300 € dos Adultos para os Jovens22; e são, sobretudo, de ordem simbólica quando as doações são dos Velhos para os Jovens, porque não são condicionadas à renda dos Jovens, enquanto que são mais marcadas pelo aspecto utilitário quando vão dos Adultos para os Jovens, estando associadas à situação de desemprego ou baixos rendimentos destes. Os fluxos de serviços prestados são sempre mais importantes que os fluxos de dinheiro e são orientados na direção oposta, indo dos Adultos e dos Jovens aos Velhos. A exceção é a proporção muito elevada de ajuda dos Adultos aos Jovens, como é o caso de 96% das coabitações pesquisadas. A natureza desses fluxos depende, é claro, das pessoas envolvidas na relação: os Velhos se encarregam da limpeza das roupas e da casa e cuidam das crianças, e contribuem com produtos *in natura*; Os Adultos fazem as compras dos Velhos, ajudam com procedimentos administrativos, e arrumam sua casa; eles emprestam seus veículos para os Jovens, dão produtos *in natura* e organizam sua moradia; os Jovens fazem compras, arrumam a casa e fazem pequenos consertos para os Adultos e para os Velhos. Por fim, a pesquisa revelou uma diferença entre o que é percebido como auxílio recebido e como auxílio oferecido. Assim, os Velhos declaram ter recebido auxílio de Adultos (seus filhos) para compras (60%), procedimentos administrativos (52%), arrumação de casa (30%), enquanto entre os Adultos apenas respectivamente 28%, 28% e 20% declaram ter prestado esses serviços. O auxilio é, portanto, mais percebido por quem o recebe do que por quem o oferece23. Em compensação, os

---

21 Cerca de um presente em cada cinco é dado em dinheiro, mas essa proporção sobe para 56% no caso de meninos adolescentes e 35% no caso de meninas adolescentes (HERPIN; VERGER, 1985, p.44, tabela 8). Ver também o estudo clássico de Theodore Caplow (1982, p.386) sobre uma cidade média americana.

22 O volume desses fluxos familiares descendentes foi avaliado em 350 bilhões de francos en 1994, 75% dos gastos públicos com educação ou 34% das aposentadorias e pré-aposentadorias pagas nesses dez países naquele ano (WOLF; ATTIAS-DONFUT, 2007, p.118). Outros autores consideram que esses fluxos têm uma importância limitada em comparação com os gastos da proteção social (aproximadamente 30% do produto interno bruto, de 2.280 bilhões de francos naquele ano) (HERPIN; DÉCHAUX, 2004). Mesmo nesse caso, os fluxos ainda atingem um volume significativo (15% dos gastos com proteção social), e podem, portanto, desempenhar um papel importante quando uma pessoa ou um domicílio enfrenta uma situação dificultosa.

23 É um fenômeno geral que se encontra nas trocas de presentes, em particular quando a coisa doada é um bem usado: se 8% das pessoas declaram estar dando um presente ao doar um objeto usado, 73% declaram o inverso,

Adultos são menos propensos a declarar ter recebido auxílio do que seus filhos dizem ter fornecido. Devemos aqui ver a expressão da carga que pesa sobre os ombros dos Adultos – a geração chamada "pivô" – que ajuda massivamente os Velhos e os Jovens? Estes dados confirmam a hipótese da mutualização de recursos no seio da coabitação familiar; mutualização que não significa uma perda de controle por parte do titular dos recursos e que deixa espaço para a decisão dos indivíduos de participar ou não, e em que nível, da "espiral de doações."

O altruísmo que revela seu funcionamento na unidade de coabitação não pode deixar de considerar o que acontece no momento emocionalmente violento do falecimento de um progenitor, quando se coloca a questão da partilha da herança, que não é regida pelas regras informais da coabitação familiar, mas pela lei. À luz do trabalho de André Masson, pressupondo que coexistam três gerações em cada período de tempo, as transferências intrafamiliares e a herança entrelaçam ligações entre cinco gerações sucessivas no transcurso de três períodos (MASSON, 2009). Em cada período, há a transferência de recursos (dinheiro, tempo, bens materiais) entre as três gerações: Velhos, Adultos e Jovens. O mesmo padrão se repete, quando no período seguinte, os Velhos falecem, os Adultos os substituem e os Jovens, que agora são Adultos, têm filhos, por sua vez; os Jovens do segundo período. Tomando em conta três períodos conjuntamente, vemos que a terceira geração recebeu dos Velhos da primeira geração e dos Adultos da segunda geração, dos quais continua recebendo quando esses últimos se tornaram Velhos. Por fim, esta geração recebeu uma herança quando os Velhos da segunda geração desapareceram. Em compensação, esta terceira geração dá aos seus filhos, os Jovens pertencentes à quarta geração e novamente, quando estes se tornam adultos, e a seus netos também, os Jovens da quinta geração, quando seus filhos se tornaram adultos. Finalmente, eles também legam seu patrimônio a seus descendentes envelhecidos. Masson mostra a imbricação dos fluxos nos quais ocorre a herança: as pesquisas etnográficas das trocas familiares permitem ilustrar esta tipologia e revelar a maneira pela qual se dá esse imbricamento quando a coabitação familiar em questão possui um patrimônio imobiliário. Neste caso, a causa comum pode até se tornar a manutenção dos ativos dentro da linhagem – tanto os tangíveis (terras, a casa) como os intangíveis (a atividade artesanal) –, considerada como definidora da causa comum da coabitação familiar.

---

enquanto 56% dos que recebem, os consideram um presente e 20% o inverso (HERPIN; VERGER, 1985, p.40, tabela 4).

A dimensão simbólica é, então, forte. Os bens não são transferidos de forma neutra, como pode ser o caso em transações de mercado, pelo contrário eles chegam a seus destinatários carregados da história das gerações passadas ou, pelo menos, daquela que acaba de desaparecer. Eles são portadores, também, da história da geração presente, porque a partilha dos bens envolve as relações, boas ou más, entre os irmãos, e entre estes e seus pais. A etnografia econômica está repleta de histórias associadas a essas transferências que reprimem tanto quanto liberam os beneficiados (GOTMAN, 2006; BESSIERE, 2010; WEBER, 2013). Na ausência de pesquisas que combinem transferências intra-familiares e heranças, parece que a ideia de uma compensação entre eles seria a regra no seio da família a partir do momento em que se leva em conta os fluxos de recursos materiais e os fluxos de serviços, especialmente os relacionados com os cuidados dos pais no fim da vida. A morfologia das transações que ocorrem pelo dispositivo da herança é relativamente complexa, uma vez que se ultrapassa a relação dual, um pouco simplista, entre o testador e o herdeiro.

Em seu trabalho sobre a transferência de bens mobiliários, Sibylle Gollac explica que a geração que está desaparecendo da família P. acumulou numerosos imóveis além da atividade na padaria (GOLLAC, 2011). Ao longo das décadas 1970-1990, através de doações, os quatro filhos receberam cada um, parcelas desse patrimônio o que fez com que eles residissem no mesmo complexo de edifícios, e dessa proximidade resulta uma contínua troca de serviços, uma "espiral de generosidade". A questão da herança não se coloca apenas em termos de igualdade das parcelas recebidas por cada indivíduo na doação inicial e as partilhas que se seguiram às mortes sucessivas de ambos os pais; a causa comum sempre foi a continuidade do negócio da padaria que o filho assumiu parcialmente graças a sua formação profissional no ramo da confeitaria depois de se instalar nos fundos do estabelecimento da família, que ele acabou herdando com a obrigação de compensar parcialmente suas três irmãs. A desigualdade na distribuição do patrimônio é então aceita por estas, em reconhecimento do "sacrifício" que o irmão aceitou fazer ao assumir a padaria. Encontramos exemplos da mesma espécie em casos de transmissão de empresas vinícolas em Cognac estudados por Céline Bessière (BESSIERE, 2010). A transmissão é muitas vezes um processo gerido ao longo de várias décadas, pois se trata de encontrar quem, dentre os irmãos, assumirá a atividade, mas, ao mesmo tempo, de se beneficiar das vantagens oferecidas pelos benefícios fiscais existentes para doações em vida, em comparação à herança. Quando a transmissão da empresa agrícola se torna a causa comum da coabitação familiar, ela compromete o princípio da igualdade testamentária dos filhos, constituindo fonte de possíveis conflitos: o indivíduo a quem couber a exploração, devendo a seus irmãos e irmãs, buscará retardar o momento de saldar a soma

que reequilibra as partes. Acontece também que essa desigualdade seja aceita pelos que são prejudicados financeiramente por levarem em consideração o fato de que o herdeiro assume outro aspecto da causa comum, a responsabilidade pelo cuidado dos pais idosos enquanto permanecerem morando na propriedade. Sucessões e espirais de generosidade são, portanto, estreitamente imbricadas.

Produz-se o que eu proponho chamar de percolação de recursos dentro dessas estruturas familiares ampliadas que são as unidades de coabitação. O fenômeno da percolação significa que existe um filtro através do qual passa um fluxo: a coabitação familiar é o meio social através do qual são filtrados os recursos recebidos pelos membros desse coletivo para serem repartidos de acordo com a natureza da causa comum que origina o funcionamento da coabitação. O nível de consumo de cada um depende não somente do que cada um recebe por sua atividade comercial e por sua situação perante o sistema de proteção social. Portanto, a percolação ocorre entre a distribuição das receitas, incluindo as receitas de transferências e o consumo da riqueza. Este fenômeno econômico embaralha a simplicidade da clássica relação entre o rendimento recebido por cada família conforme sua contribuição no mercado e o consumo resultante. Este fenômeno econômico específico para o qual o sistema de estatísticas não está adaptado para rastrear-lhe dados confiáveis e regulares, determina o conjunto das transferências de recursos dentro da coabitação organizada em torno de uma causa comum, temporária, mas com efeitos potencialmente duradouros porque as transferências associadas a um dado momento das operações de percolação são "registradas" no momento da partilha *post mortem*. Momento particularmente delicado para a coabitação familiar, uma vez que a herança é um dispositivo político-jurídico atrelado à linhagem e não à coabitação, não está adaptado para o ajustamento das cargas afetivas decorrentes do funcionamento dentro de uma coabitação familiar que podem se exprimir sob diferentes formas "de contar" e de alocar os recursos: estes devem ser distribuídos em função, unicamente, do que diz a lei no que se refere à família, independentemente do seu envolvimento na coabitação? Ou eles devem também levar em conta a situação relativa dos membros da coabitação familiar, sob o risco de torcer o que o direito sucessório estipula?

## ALTRUÍSMO FAMILIAR E MERCADO: UMA FRONTEIRA MÓVEL

O altruísmo da família, advertia Comte, corre o risco de ser contaminado pelo egoísmo doméstico. A oposição de Comte ao discurso econômico rápido demais em propagar os

comportamentos egoístas, em detrimento daqueles que têm sua preferência, deixa espaço para possíveis pontos de contato entre as duas abordagens.

Como fazem os economistas para dar conta dos fluxos intra-familiares dentro do arcabouço da teoria econômica? A partir de um comportamento individual baseado em uma racionalidade de reciprocidade, são possíveis quatro explicações, de acordo com Masson (2009, p.150-153): "ajuda-se os pais como eles ajudaram os deles": Os Adultos ajudam os Velhos assim como estes também ajudaram quando eram Adultos; "ajuda-se os pais para que os filhos façam o mesmo na etapa seguinte": os Adultos ajudam os Velhos de forma a serem ajudados pelos Jovens quando se tornarem Velhos; "transmite-se aos filhos o mesmo que nossos pais em relação a nós": Os Adultos transmitem aos Jovens como os Adultos lhes transmitiram quando eram Jovens; "transmite-se aos filhos para que eles façam o mesmo com relação aos seus": os Adultos transmitem aos Jovens para que eles, por sua vez, transmitam aos Jovens quando se tornarem Adultos.

Face a esta redução do coletivo a comportamentos individuais, o sociólogo pode, no entanto, fazer valer a força da vida cotidiana e considerar que estas múltiplas formulações de reciprocidade intra-familiar, que podem tanto estar contrapostas como atreladas, são igualmente exemplos do que acontece no seio das coabitações familiares. A dimensão individual que toma o discurso econômico encontra seus limites no fato de que se trata de um "individualismo embutido", nas palavras de Beckert: o comportamento econômico individual só pode ser compreendido tendo em conta as relações familiares. A pluralidade de opções da racionalidade individual, atrelando o altruísmo seja ao passado, seja ao futuro, mostra a fluidez das justificativas de uma transferência dentro da espiral de donativos na qual se inscreve a herança. A linha da partilha, no entanto, torna-se mais complexa quando se leva em conta a evolução das práticas de mercado e de seus efeitos sobre as práticas de transmissão.

Se a herança é "devida" sob a forma da "legitimidade" em países que adotaram os princípios igualitários de desconcentração da riqueza como a ocorrida na França; se a prática de herança é, predominantemente, igualitária em países que deixaram uma maior flexibilidade para os proprietários, como é o caso dos Estados Unidos, a herança permanece, no entanto, exposta a incertezas significativas, inclusive em linhagens pertencentes às classes médias. Incertezas referentes ao momento da herança que depende do acaso da longevidade dos ascendentes; incertezas sobre o valor da herança em períodos de instabilidade econômica e conforme os investimentos efetuados. Mas, afinal, é preciso levar em conta a incerteza gerada pelos hábitos de consumo da geração que envelhece, bem como a prática de assumir os custos associados ao fim da vida.

A financeirização da atividade econômica tem levado ao desenvolvimento de produtos financeiros inesperados que afetam a transmissão de recursos por meio de herança. Relativos, principalmente, à habitação e ao seguro de vida, estes produtos têm a finalidade de fornecer às pessoas idosas os recursos de que necessitam para os seus últimos anos de vida em troca da diminuição dos recursos transmissíveis *causa mortis* (QUINN, 2008; GOTMAN, 2010). No caso do seguro de vida, observa-se nos Estados Unidos o desenvolvimento de um mercado secundário no qual o titular desse produto de poupança negocia com empresas que avaliam o produto e a expectativa de vida do titular e lhe propõem um recurso imediato em detrimento do que ele transmitirá. O mercado secundário de seguro de vida foi criado originalmente para permitir a adultos, jovens e portadores de AIDS, pagar os dispendiosos tratamentos dessa doença em um país onde a cobertura da seguridade social é limitada. Mas há também uma segunda categoria de pessoas mais velhas, alguns enfermos, outros com boa saúde que desejam trocar este patrimônio pouco líquido por riquezas imediatamente disponíveis de forma a "desfrutar de sua existência." Um fenômeno semelhante ocorre com o desenvolvimento de técnicas financeiras conhecidas como *reverse mortgage* (hipoteca reversa), em países anglo-saxões, e como *prêts viagers hypothécaires*, na França, que permitem tornar líquido o valor da moradia, um ativo essencial no patrimônio. Esse tipo de empréstimo permite que casais idosos "ricos por terem suas casas, mas pobres em dinheiro" disponham de recursos sob a forma de um montante fixo ou de um pagamento mensal em troca de uma dívida pesada e crescente, mas indolor, que só será paga no advento do falecimento ou da venda do imóvel. O custo de entrada da gestão e do crédito é elevado e produz uma dívida que ameaça a idéia de transmissão, apesar de existirem limites para este tipo de contrato, pois o valor da dívida não deve exceder o valor do ativo com base no qual o empréstimo é efetuado.

Entramos assim no âmbito de um consumismo do "último suspiro", que concorre com a idéia de transmissão. Para pessoas adeptas da teoria do ciclo de vida24 (MODIGLIANI, 1988) segundo a qual indivíduos racionais poupam durante a vida laboral e em seguida consomem a poupança, de modo que os mais racionais morrem sem ativos, tal comportamento apenas ratifica os preceitos da teoria econômica do comportamento racional. Mas ele é igualmente objeto de um julgamento muitas vezes negativo, por ser associado à idéia de dilapidação, e, portanto, a uma forma de egoísmo geracional que resulta, para as gerações seguintes, na redução ou na privação de legados.

---

24 Essa teoria foi objeto de um caloroso debate e foi criticada em diferentes aspectos por Laurence J. Kotlikoff (2001).

Assim como Tocqueville observou que a noção aristocrática de patrimônio imobiliário foi ameaçada pelo surgimento da propriedade mobiliária, em vista da possibilidade de compará-los em termos de retornos financeiros e do surgimento de um mercado de terrenos mais ativo, a financeirização dos ativos não fungíveis do patrimônio leva a uma nova transformação das transmissões inter-geracionais. Já não são apenas os ativos que se tornaram comensuráveis entre eles graças ao desenvolvimento dos mercados e da mercadorização, é o próprio fato da transmissão que é colocada em jogo com a possibilidade de transformar as riquezas obtidas, mas pouca líquidas, em bens de consumo até o "último suspiro".

## CONCLUSÃO

Diretamente associada à crítica da economia política, a supremacia do altruísmo sobre o egoísmo elevado ao patamar de "grande problema humano" é um tema central da sociologia de Comte. A forma particular que ele lhe conferiu na economia do altruísmo colocada no coração do seu *Sistema de política positiva* não impediu uma ampla divulgação do discurso comteano, do século XIX até os nossos dias.

O impacto sobre a economia política pode parecer tênue, já que, com a exceção de trabalhos, notáveis porém isolados, como os de Amartya Sen sobre o engajamento, para a teoria econômica, assim como Spencer havia feito desde a década de 1870, o altruísmo foi integrado na abordagem utilitarista que Comte procurou combater. Doravante bem inscrito na teoria econômica, o altruísmo foi convertido num altruísmo misturado com egoísmo que, nas funções de utilidade interdependente, o reduziu a não ser nada além de um egoísmo doméstico.

Outra abordagem, no entanto, está sendo urdida na sociedade. Ao registrar a doação e a herança nas transferências de recursos altruístas que são operadas no seio da família, Comte lhes atribuiu um lugar que não foi questionado, apesar dessas concepções conservadoras sobre a família serem ultrapassadas. Além disso, ao defender uma redefinição profunda do perímetro da família, com a expansão da prática da adoção e preconizando a total liberdade testamentária, Comte confere à questão da herança uma forte dimensão política. Aqui, mais uma vez, seu ponto de vista continua atual: no início do século 21, a herança segue sendo uma questão central da política contemporânea em virtude da importância do volume de riquezas transmitidas, da inter-relação existente entre as políticas públicas e as práticas de redistribuição no seio das famílias, e por último, em função do impacto das transmissões de patrimônio sobre a estrutura e a profundidade das desigualdades econômicas. No entanto, as

transferências intergeracionais, em grande medida, não se amoldam ao mercado: doações entre membros da família ou da coabitação familiar, as heranças não são formas degradadas ou incompletas de mercado. São trocas específicas, cuja dimensão política (no caso da herança) e afetiva (no caso das doações) são dotadas de dinâmica própria. São práticas de troca que movimentam volumes consideráveis de riqueza tanto no cotidiano como em momentos cruciais da vida.

Em Comte, a crítica da economia política, vetor da difusão do egoísmo mercante, desemboca em um vasto programa intelectual e político ancorado no conceito de altruísmo e na afirmação de que este deve suplantar o egoísmo. Dado este primeiro passo, Comte inscreve esta conceitualização na família, uma instituição na qual o funcionamento político (as leis da herança e de adoção) e afetivo (as doações) não têm nada a ver com o do mercado. Ele dá, desse modo, uma profundidade estritamente sociológica à sua crítica metodológica da economia política. Essa abordagem será retomada por Durkheim e Mauss, que progressivamente modificarão a conceitualização comteana de altruísmo, chegando por fim a uma nova categoria de doação, que será também apresentada e reivindicada como sendo uma forma de troca diferente daquela do mercado. A sequencia reflexiva se dá, pois, por deslocamento conceitual, inscrição social e reivindicação política.